

foram apresentadas verbalmente pelos demais Senhores Conselheiros presentes. Tais sugestões serão consideradas pelo Relator no preparo da versão final do Anteprojeto que será submetido ao CNPP para aprovação na próxima reunião. Merecendo aprovação a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Assessora.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Assessora

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

Processo nº: 0168-011488/80

Interessado: COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO-CESP

Assunto: Operação de crédito externo, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), de principal, a ser celebrada entre a Companhia Energética de São Paulo-CESP e um grupo de bancos liderados pelo Libra Bank Limited. Garantia da República Federativa do Brasil.

Despacho: APROVO o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Com base no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com as modificações posteriores, e na delegação de competência prevista no Decreto nº 83.856, de 15 de agosto de 1979, aprovo a operação e concedo a garantia da República Federativa do Brasil.

Encaminhe-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.

Brasília, 18 de dezembro de 1980.

ERNANE GALVÊAS
Ministro da Fazenda

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 139 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL,

no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Portaria do Ministro da Fazenda nº 406, de 23 de dezembro de 1980, que reajustou os preços dos produtos do item 24.02.02.02 (cigarros), da Tabela anexa ao Decreto nº 84.338, de 26 de dezembro de 1979, e autorizou a fixação de novos valores dos selos de controle a que estão sujeitos aqueles produtos, para efeito de ressarcimento,

R E S O L V E :

I - Os preços dos produtos do item 24.02.02.02 (cigarros), da Tabela anexa ao Decreto nº 84.338, de 26 de dezembro de 1979, relativos às classes mencionadas no artigo 343 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 83.263, de 09 de março de 1979 (RIPI), passam a ser os seguintes: Classe "A": Cr\$ 21,00; Classe "B": Cr\$ 24,00; Classe "C": Cr\$ 25,00; Classe "D": Cr\$ 29,00; Classe "E": Cr\$ 32,00; Classe "F": Cr\$ 34,00; Classe "G": Cr\$ 38,00; Classe "H": Cr\$ 41,00; Classe "I": Cr\$ 45,00; Classe "J": Cr\$ 50,00; Classe "K": Cr\$ 60,00.

II - Para os fins do disposto no item I da Portaria nº 520, de 23 de dezembro de 1975, são fixados os valores constantes da tabela a seguir, de acordo com as respectivas classes de cigarros estabelecidas no item anterior:

CLASSES	COR DO SELO	VALOR POR MILHEIRO - Cr\$
A	Verde escuro	157,50
B	Azul escuro	180,00

C	Verde CM	187,50
D	Azul Claro	217,50
E	Roxo	240,00
F	Siena	255,00
G	Laranja	285,00
H	Violeta	307,50
I	Cinza	337,50
J	Vermelho	375,00
K	Amarelo	450,00
Especial	Vermelho (Produtos estrangeiros)	1.700,00

III - Os estabelecimentos industriais que possuam, em 15 de janeiro de 1981, estoque de selos de controle destinados a cigarros poderão utilizá-lo desde que recolham, até o dia 31 de janeiro de 1981, importância correspondente à diferença entre o valor de aquisição e o fixado no item precedente.

III.1 - Na hipótese de não pretenderem se utilizar do estoque existente em seu poder, ou de pretenderem utilizá-lo apenas em parte, os estabelecimentos efetuarão, no dia 16 de janeiro de 1981, a devolução dos selos de que não se irão utilizar, devendo o valor correspondente ser levado a seu crédito para compensação do primeiro fornecimento subsequente à devolução.

III.2 - O estoque de selos aqui referido deverá corresponder ao que for apurado pela fiscalização, na forma das instruções que forem baixadas pela Coordenação do Sistema de Fiscalização.

IV - Aos estabelecimentos industriais de cigarros é facultada, a partir de 5 de janeiro de 1981, a utilização de selos com a marcação dos preços constantes no item I, desde que autorizados pela Coordenação do Sistema de Fiscalização e recolham, no prazo referido no item anterior, importância correspondente à diferença entre o valor de aquisição e o fixado no item II.

IV.1 - Os cigarros marcados com os novos preços, conforme este item, só poderão sair do estabelecimento industrial a partir de 16 de janeiro de 1981.

V - Ao estabelecimento que utilizar a faculdade a que se refere o item anterior, fica proibida a marcação dos preços estabelecidos com base na Portaria Ministerial nº 330, de 23 de setembro de 1980, a partir da data fixada na respectiva autorização.

VI - Fica vedada, a partir de 23 de janeiro de 1981, a saída dos estabelecimentos industriais de cigarros marcados com os preços estabelecidos com base na Portaria Ministerial nº 330, de 23 de setembro de 1980.

VII - O ressarcimento, o fornecimento e a utilização dos selos especiais de controle destinados a cigarros continuam regulados pela Instrução Normativa do SRF nº 25, de 08 de junho de 1978, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa do SRF nº 25, de 27 de março de 1980.

VIII - A Coordenação do Sistema de Fiscalização baixará instruções complementares necessárias à execução deste ato e ao controle dos estoques dos produtos e dos selos, antes e depois da vigência dos preços de venda ora estabelecidos.

IX - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas nos itens I e II, que vigorarão a partir de 16 de janeiro de 1981.

LUIZ ROMERO PATURY ACCIOLY
Secretário da Receita Federal, em exercício